

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE OS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Adriane Peixoto Câmara
Universidade Federal de Minas Gerais
adrianecamara@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é apresentar os aportes teórico-metodológicos para a construção de um estudo de revisão, do tipo Estado da Arte (EA), sobre os Conselhos Estaduais de Educação (CEEs). Trata-se de trabalho que faz parte de projeto de pesquisa maior, em andamento, cujo objetivo é examinar o papel desses órgãos na organização da educação no Brasil. A construção de um EA sobre os CEEs se justifica no âmbito de uma agenda de pesquisa que discute o papel das instituições na formulação das políticas educacionais (Oliveira et al, 2018; Câmara, 2019).

É profícuo o recurso metodológico do EA, pelo seu caráter bibliográfico e inventariante. Consiste no mapeamento, avaliação e produção de sínteses, a partir da consolidação de um *corpus* de análise – trabalhos acadêmico-científicos que apresentam resultados de pesquisas sobre o que se pretende investigar –, entrecortado pela dimensão temporal e espacial. A partir dessa organização, um EA busca caracterizar, apontar tendências e lacunas existentes em um determinado panorama temático, ou seja, “[...] levantamento e avaliação do conhecimento sobre um determinado tema mediante imersão crítico-reflexiva” (Santos et al, 2020, p. 208).

É importante estabelecer o diálogo com a literatura que discute a construção de um EA, com o objetivo de garantir o rigor e a cientificidade desses estudos de revisão (Ferreira, 2002; Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004; Vermelho; Areu, 2005; Romanowski; Ens, 2006; Santos et al, 2020; Jacomini et al, 2023). Utilizar os aportes teórico-metodológicos produzidos por essa literatura oportuniza a parametrização e a qualificação do presente estudo. Além disso, EA é a nomenclatura mais utilizada pela área educacional (idem) para fins análogos aos propostos.

Para o caso dos CEEs, é pertinente a adoção desses aportes, visto que, sobre estes repousam crenças cristalizadas (órgãos considerados cartoriais e autoritários, por exemplo), que cabem à pesquisa uma análise rigorosa a seu respeito (Câmara, 2019). Desse modo, a contribuição do EA “[...] consiste na problematização qualificada de produções antes dispersas e posteriormente reunidas e analisadas, fruto do acesso

democrático aos materiais científicos nas redes informacionais” (Santos et al, 2020, p. 206).

DESENVOLVIMENTO

Para a formação do *corpus* de análise sobre os CEEs foram utilizados todos os recursos comunicacionais, informacionais e digitais disponíveis, como os portais: Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT); Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além dessas bases de dados, foram utilizados sites buscadores da internet, e sites de livrarias e sebos virtuais.

Em relação aos descritores e palavras-chave, o principal termo foi “conselhos estaduais de educação”, pois o objetivo sempre foi alcançar os trabalhos acadêmicos que tratassem exclusivamente do assunto. Outros dois termos utilizados foram “conselhos de educação”, e “órgãos normativos do sistema”, uma vez que, em alguns trabalhos foram utilizados termos mais genéricos, apesar de tematizarem os CEEs.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1961) em 1961, marca o início do recorte temporal (ou temporalidade) para a formação do *corpus* de análise, pois representa um importante legado para os CEEs na organização da educação nacional (Oliveira et al, 2018), e suas atribuições e competências nos sistemas de ensino são válidas até hoje.

O recorte espacial contempla todo o território nacional, organizado de maneira federativa, ou seja, a autonomia político-administrativa dos entes subnacionais – os estados federados – que possuem seus sistemas de ensino estaduais e seus órgãos normativos do sistema, os CEEs. O recorte espacial mobilizou o levantamento bibliográfico durante a maior parte do tempo, ou seja, a organização do inventário bibliográfico a parte das Unidades da Federação (UFs).

O levantamento do material que compõe o *corpus* de análise é fruto de trabalho que já dura dez anos, contendo teses, dissertações, artigos de periódicos científicos, relatos de experiência, livros, *e-books*, verbetes, trabalhos de conclusão de curso etc.

A tabulação inicial dos dados está organizada por meio da confecção de quadros-resumo (Santos et al, 2020): o primeiro quadro-resumo foi construído com base no recorte espacial, ou seja, a organização do *corpus* de análise por UF. Atualmente, ainda não foi

possível localizar nenhum tipo de registro das seguintes UF's: Acre; Amazonas; Maranhão; Pará; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Roraima; Sergipe.

O segundo quadro-resumo foi construído com base no tipo de produção, para contemplar os trabalhos que trataram dos CEEs, mas de forma genérica. Atualmente, esse quadro-resumo apresenta o seguinte *corpus* de análise: quatorze Artigos; quatorze Dissertações de Mestrado, três Livros; um *E-book*; oito Relatos de Experiência; sete Teses de Doutorado; um Trabalho de Conclusão de Curso; um Verbete.

O terceiro quadro-resumo foi construído de acordo com o recorte temporal, conforme explicado acima. Atualmente, o *corpus* de análise, organizado por ano, apresenta produções que vão desde 1963 até 2023. A partir da década de 2010 é possível perceber uma regularidade nas publicações por ano. É válido destacar o ano de 2012, com três produções; 2015, com nove produções; 2021 com quatro produções; e 2023 com quatro produções, portanto, uma tendência de crescimento na produção acadêmico-científica sobre os CEEs.

É possível estabelecer algumas análises preliminares a partir do *corpus* consolidado. Como uma característica, é possível apontar um quantitativo menor de trabalhos sobre os CEEs, se compararmos com o Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e o contexto de criação dos sistemas de ensino municipais (Oliveira et al, 2018; Câmara, 2019). Outra característica é a baixa interlocução entre os trabalhos produzidos, mesmo em um contexto com maior democratização dos recursos comunicacionais, informacionais e digitais disponíveis. Por exemplo, trabalhos publicados em 2015 não referenciaram trabalhos publicados na década de 1990.

Como tendências, é possível perceber um crescimento do quantitativo de trabalhos sobre os CEEs, a partir da década de 2010. Essa é uma tendência que permaneceu na década de 2020, visto que em 2023 foram encontrados quatro trabalhos. Em geral, a preocupação desses trabalhos está relacionada com a gestão democrática na educação (composição e participação popular); a autonomia decisória em relação à Secretaria de Estado de Educação (SEE) ou ao Governador; alcance ou alheamento do órgão no sistema de ensino estadual.

Como lacunas, é válido reiterar que, até o presente momento, não foi possível alcançar trabalhos acadêmico-científicos, ou mesmo Relatos de Experiência, sobre algumas UF's (listadas acima), embora todas elas tenham os seus CEEs criados e em

funcionamento (Oliveira et al, 2018). É válido, também, reiterar a baixa interlocução entre os trabalhos sobre o assunto, especialmente se analisamos o ano de publicação de determinado trabalho, num contexto com mais recursos comunicacionais e informacionais para mapear os trabalhos, denotando uma literatura dispersa, e “ensimesmada”.

CONCLUSÕES

É pertinente construir um EA no contexto de produção de uma literatura dispersa, desigual e com baixa interlocução, como é o caso dos CEEs, apesar da tendência no aumento das publicações. Os aportes teórico-metodológicos aqui discutidos são importantes para mapear e sistematizar, em caráter permanente, o conhecimento produzido sobre essa temática. O objetivo é construir um EA sobre os CEEs que ofereça uma contribuição para o campo de estudo das políticas educacionais: o papel desses órgãos em seus sistemas de ensino e na organização da educação nacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 dez., 1961.
- CÂMARA, A. P. **O papel do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais na formulação das políticas públicas de educação no âmbito do sistema estadual de ensino mineiro**. 2019. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.
- FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, agosto/2002, p. 257-272.
- JACOMINI, M. A.; WELLEN, H. K. A. de M.; PERRELLA, C. dos S. S.; MONÇÃO, M. A. G. **Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 49, e262052, 2023, p. 1-20.
- NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. **Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 15, n. 30, jul.-dez./2004, p. 5-16.
- OLIVEIRA, R. de F.; SOUZA, D. B. de; CÂMARA, A. P. **Conselhos Estaduais de Educação nos novos Planos Estaduais de Educação**. Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 43; nº 2; junho/2018; p. 669-690.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, 2006.
- SANTOS, M. A. R. dos; SANTOS, C. A. F. dos; SERIQUE, N. dos S.; LIMA, R. R. **Estado da Arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos**. Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 8, n. 17, p. 202-220, ago. 2020.

VERMELHO, S. C.; AREU, G. I. P. **Estado da arte da área de educação e comunicação em periódicos brasileiros**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, p. 1413-1434, 2005.